



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 6 - 2021/2025**

**Data da Sessão :** 22 de setembro de 2022

**Início da sessão:** 10:00 horas

**Términus da Sessão:** 13:00 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

**Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, César Augusto Mendes Dias, Vera Lúcia Marques da Silva, Octávio Eusébio Rosa, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, José Luís Dias da Silva, Rogério Paulo Marques de Matos, Margarida Martinho, José Casimiro Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

**Faltas Justificadas:**

Andreia Alexandra Valério Baço, Catarina Alexandra Martins, Luís Filipe Aparício Lopes

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 6 - 2021/2025**

**22 de setembro de 2022**

-----INICIO-----

--- Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.**
- 3) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**
- 4) Discussão e votação de Proposta de 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022;**
- 5) Discussão e votação sobre a variável do IRS, a liquidar em 2023.**
- 6) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0.30% de IMI para os prédios urbanos para o ano de 2023.**
- 7) Discussão e votação de proposta de lançamento de taxa de derrama de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação.**
- 8) Discussão e votação de proposta de redução da taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes;**
- 9) Discussão e votação de proposta de devolução do montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;**
- 10) Análise de proposta de delegação de gestão das AIGP sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Mação.**
- 11) Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento – Processo n.º 88/2022 – PDR2020: Estabilização de Emergência para o Município de Mação na área percorrida pelo incêndio da Fundada**

- (2ª fase) – intervenções complementares de regularização do regime hidrológico das linhas de água – Plantações;**
- 12)Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento – Processo n.º 89/2022 – PDR2020: Estabilização de Emergência para o Município de Mação na área percorrida pelos incêndios com início em Alvaiázere, Várzea dos Cavaleiros e Fundada 1ª Fase – Regularização do Regime Hidrológico das Linhas de Água;**
- 13)Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento - Processo n.º 90/2022 – Concurso público internacional por lotes – Controlo de espécies invasoras lenhosas – Candidaturas n.º PDR2020-813-067420 E PDR2020-814-062526. PDR2020 – Prevenção Da Floresta Contra Agentes Bióticos E Abióticos – Controlo Da Expansão De Hakea Sericea E Acácia Spp – Lote 1  
PDR2020: Estabilização De Emergência Para O Município De Mação Na Área Percorrida Pelo Incêndio Da Fundada (2ª Fase) – Controlo Das Espécies Invasoras – Lote 2;**
- 14) Análise do Relatório do Revisor Oficial de Contas referente ao 1º semestre de 2022 da Câmara Municipal de Mação;**

**-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação do vogal José Luís Dias da Silva, com o Cartão de Cidadão nº 02314667, válido até 28 de janeiro de 2029, que substitui a vogal Andreia Alexandra Valério Baço, que justificou a sua fala em devido tempo

Faltou ainda a esta sessão , a vogal Catarina Alexandra Martins que justificou a sua falta em devido tempo e foi substituída pelo vogal Octávio Eusébio Rosa, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta da sessão anterior. Posta à votação, a acta foi aprovada com duas abstenções.

Em seguida deu conhecimento aos presentes, da correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção apresentando a seguinte Recomendação dos eleitos do Partido Socialista:

“Dada a crise económica que vivemos e que todos os dias se agrava, parece-nos preocupante que no nosso concelho, extremamente despovoado, o valor dos imóveis registou um aumento, segundo tabela do INE, de 36,3%/m<sup>2</sup>. O valor passou de 234,00€/m<sup>2</sup> no ano de 2021, para 319,00€/m<sup>2</sup> no ano de 2022.

Há concelhos à nossa volta em que o preço do imobiliário desceu, ao contrário do nosso concelho. Recomendamos que a autarquia promova políticas de habitação e políticas de fixação, de modo a tornar o nosso concelho mais atrativo.”

Continuou a sua intervenção referindo que agora gostaria de deixar uma recomendação à Câmara, mas desta vez, em seu nome pessoal e a mesma tem a ver com a piscina coberta e o ginásio, instalações que considera serem de excelência e, nesse sentido, considera uma pena que o ginásio só possa estar aberto aos utentes durante o ano letivo e deixa a recomendação para que, durante o período em que a piscina coberta está fechada, o ginásio possa continuar a funcionar pois há pessoas que gostariam de ir ao ginásio no verão, como o fazem no resto do ano.

Continuou a sua intervenção questionando, relativamente às Praias Fluviais, que tiveram muita adesão este ano, sobre alguns problemas de que teve conhecimento, nomeadamente assaltos, descatos em Cardigos e Ortiga. Solicita informação sobre se foram chamadas as autoridades e se houve alguma intervenção para que estas situações, nomeadamente os assaltos, sejam menos frequentes pois são situações recorrentes.

Continua deixando um alerta para a sinalização horizontal no cruzamento, junto à praia Fluvial de Ortiga, quando se vem da Torre e do Restaurante da D. Helena, pois a mesma não se encontra em condições.

Relativamente à não possibilidade de acampar na Praia Fluvial de Cardigos, referiu que todos sabemos que as pessoas acabam por não cumprir com aquilo que são as indicações e, nesse sentido, questiona se já está pensado um Parque de Campismo ou alguma outra solução para resolver este problema

pois ser proibido não resolve o problema e talvez se resolvesse criando condições para as pessoas poderem acampar.

Terminou a sua intervenção referindo que se aproxima o inverno e a época das chuvas e o Posto Médico de Cardigos, quando chove tem muitas infiltrações e, nesse sentido, solicita informação para quando está prevista uma intervenção no mesmo, que considera muito necessária.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que estamos no início do ano letivo e, considera que a Educação é um dos principais eixos da qualidade de vida e o suporte da qualidade de vida de uma comunidade. Mais referiu que este será o primeiro ano letivo em que se vai funcionar no novo enquadramento legal, com a transferência de algumas competências para o Município, da qual não é admirador, como é do conhecimento público, mas considera que as coisas têm funcionado de uma forma serena, com reuniões muito regulares entre o Diretor do Agrupamento, o Sr. Presidente da Câmara e até com o representante do Ministério da Educação, e as coisas têm corrido dentro do que era expectável.

Continua a sua intervenção deixando uma palavra de agradecimento, em nome da comunidade escolar, à Câmara Municipal de Mação pelas obras que realizou no parque escolar do concelho, que estão em fase de conclusão e, claramente, as condições para o sucesso educativo foram melhoradas e os profissionais que ali trabalham e os alunos têm agora condições para concretizar ali percursos escolares de sucesso.

Continuou a sua intervenção informando que o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte de Mação está a funcionar com todos os professores, não tendo um único aluno com falta de professores. Mais informou que, há alguns dias saiu o resultado das candidaturas ao Ensino Superior e apenas um dos alunos candidatos oriundos do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte não entrou no Ensino Superior, o que considera ser um indicador de qualidade do trabalho que ali se vem desenvolvendo.

Termina a sua intervenção referindo que o Agrupamento está já a funcionar dentro da normalidade e, como tal, considera que seria oportuno que a sessão de fevereiro desta Assembleia Municipal voltasse a realizar-se nas instalações da sede do Agrupamento pois considera importante para os alunos, em termos de outras aprendizagens.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção referindo que traz mais uma vez o assunto da Creche pois é um assunto sobre o qual é questionado pelas pessoas. Mais referiu que foi com agrado que viu ser dado um passo para minimizar o problema, na última semana, mas o problema vai-se mantendo, ou seja, no que concerne ao orçamento das famílias, foi dado um passo, mas mantém-se o problema que é recorrente, talvez há mais de uma década. Solicita informação sobre se a Câmara tem algo mais previsto neste sentido, uma vez que não foi apresentada candidatura para aumento da capacidade da Creche da Santa Casa da Misericórdia de Mação, continuando a haver crianças com necessidade de ir para creches nos concelhos vizinhos, continuando a dar este entrave aos pais e a quem se queira aqui fixar e considera que, mais do que uma opção política, é uma medida estratégica para o futuro do concelho, pelo que considera que não se pode adiar mais. Solicita informação da Câmara sobre se há já um projeto neste sentido e qual será a estratégia da Câmara para o concelho nesta matéria.

Continuou a sua intervenção felicitando a Câmara pelas sessões de Cinema ao Ar Livre pois abrangeu o território do concelho e foi muito participada pelas pessoas. Considera que é uma ideia a repetir, uma vez que teve muita adesão e foi do agrado de todos.

Termina a sua intervenção referindo que não gosta de ver os contentores que estão encostados ao edifício dos Paços do Concelho, pois, inclusivamente pelo seu tamanho, podem ser limitadores da passagem, no passeio, de pessoas com mobilidade reduzida e considera que os mesmos deveriam ser substituídos por uma solução esteticamente mais apropriada ao local.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao abastecimento de água à população do nosso concelho, a sua preocupação é que existem, neste momento, algumas povoações do nosso concelho onde, nomeadamente neste verão, existiram problemas no abastecimento. Mais referiu que estes problemas dizem respeito mais à atividade da Tejo Ambiente, mas deixa o pedido à Câmara, que faz também parte da Tejo Ambiente, de ajuda para que seja resolvido, o mais rapidamente possível o problema de abastecimento de água em algumas aldeias, nomeadamente Serra e Santos, pois apesar de existirem perspetivas de resolução para a Serra, a água faltou

mais uma vez este verão e houve necessidade de abastecer com cisternas quando o coletor passa perto do depósito da povoação e, por isso deixa um reforço ao seu pedido, disponibilizando-se também para o que for preciso para que, de uma vez por todas se consiga resolver aquele problema. Relativamente à povoação de Santos, referiu que a mesma tem tido graves problemas há já dois verões pois parece que a nascente colapsou e o abastecimento é feito através de um furo que tem água bastante férrea e solicita também ajuda para este problema e deixa a sugestão à Câmara para a água férrea, em Aboboreira existia maquinaria, que na altura era topo de gama, para a desferrização da água e, certamente não está a ser utilizado e poderia ser utilizado neste caso para ajudar outra povoação. Deixa o seu pedido de ajuda à Câmara para que interfira junto da Tejo Ambiente para resolver os problemas destas populações. Continuou a sua intervenção deixando uma recomendação à Câmara relativamente a muitos lixos de pequenas obras realizadas por particulares, que atiram os entulhos para bermas, caminhos e, à semelhança do que foi feito com a recolha dos óleos usados, saber da possibilidade disto ser estudado, no sentido de colocação de pequenos contentores para pequenas quantidades destes entulhos para as pessoas depositarem, em vez de deitarem para as bermas e que seriam recolhidos quando se verificasse a necessidade de o fazer. Continua a sua intervenção questionando se, da parte da Câmara, existe algum estudo ou algum levantamento do número de emigrantes que estão, neste momento, fixados no Concelho de Mação. Continuou referindo que teve conhecimento, através das redes sociais, que está para ser feito um estudo, com um inquérito às populações, também no Concelho de Mação, nomeadamente na União de Freguesias e na Freguesia de Envendos, denominado “Como Reduzir o Risco de Incêndio” e gostaria de saber se a Câmara tem alguma informação sobre este assunto pois, enquanto Presidente de Juntam nada lhe foi comunicado. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente às faixas de baixa densidade junto às estradas, e aos trabalhos realizados no âmbito dos concursos lançados pela Câmara, verificou que, em alguns locais foi aplicado um produto fitofarmacêutico em alguns eucaliptos que tinham sido cortados para os queimar, mas verificou que em outros locais esse produto não foi aplicado e os eucaliptos já têm 2 a 3 metros de altura neste momento e questiona se, na generalidade das faixas, os

concursos não tinham as mesmas regras e o que é que se passa, pois há locais em que é também a máquina da Câmara que anda a fazer o arranque de cepos em faixas que tinham sido limpas por empreiteiros. Continua solicitando informação à Câmara sobre Editais que estão a ser afixados sobre a obrigatoriedade de limpeza de alguns terrenos e não questiona o trabalho, que considera bem feito, mas questiona sobre o timing, pois estamos no fim de setembro e se este trabalho não deveria ter sido feito logo que terminou o prazo para a limpeza dos terrenos. Termina a sua intervenção questionando a Câmara sobre uma situação, em Chão de Codes, que tem a ver com aquela rua da Portela de Mação para a curva da Estrada Nacional, junto à oficina do Sr. Joaquim, porque existia ali um atalho que, aos poucos foi sendo tapado. Mais referiu que Chão de Codes, neste momento, está com a obra de recuperação dos taludes na Estrada Nacional, uma das partes, a passagem para Chão de Lopes não provoca incómodo à população de Chão de Codes, mas quando vierem regularizar as barreiras à entrada da localidade, que vai obrigar ao corte da via, aquele atalho não serviria para viaturas pesadas, mas para viaturas ligeiras serviria e isso traria uma mais valia para a população e, portanto, volta a referir que, nas cartas cartográficas vem inscrito um caminho e ainda se lembra do mesmo estar aberto, pelo que deixa um apelo à Câmara que era importante que aquela via pudesse estar aberta, que não está por abuso dos proprietários que a foram tapando e ninguém fez nada, estando agora obstruída.

--- O vogal José Luís Silva iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e referindo que é a sua estreia nesta Assembleia Municipal e que espera contribuir para a mesma. Continuou a sua intervenção questionando, relativamente à Casa do Cidadão, em Cardigos, que criou na população expectativas positivas para o desenvolvimento da comunicação dentro de Mação, quando é previsível a conclusão da obra, porquê este atraso e se está previsto um plano de atividades, incluindo recursos humanos para aquele espaço.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as intervenções. Continuou a sua intervenção referindo as recomendações da vogal Carla Loureiro, no que diz respeito à política de fixação e habitação e também do funcionamento do ginásio e, relativamente à



questão das políticas de fixação, obviamente partilhamos todos essa preocupação, mas considera que todos sabem como se calcula o valor do m2, basta haver duas ou três transações mais elevadas para o valor disparar e pode baixar 50% no semestre seguinte, pelo que considera que este valor vale o que vale, mas evidentemente que todos temos a perceção e sabemos que o preço por m2 no Concelho de Mação está mais caro, talvez como no resto do país, pois este valor aumentou em todo o lado. Mais referiu que, independentemente disso, na nossa Estratégia Local de Habitação, que foi aprovada, temos essa preocupação, que vai tentar ser mais consequente, eventualmente com a revisão dessa Estratégia, que não estava previsto na atual, com a possibilidade de tentarmos construir algo de habitação a custos controlados ou custos acessíveis e, portanto, é uma possibilidade que está a ser avaliada para, de alguma forma, tentar controlar um pouco esta situação, mas veremos com a crise que se anuncia e com a subida das taxas de juro, se este aumento do custo por m2 vai manter esta dinâmica. Relativamente à questão do Ginásio, referiu que a mesma é uma questão pertinente, que faz todo o sentido a observação da vogal Carla Loureiro, e que deverá ser devidamente ponderado. Em relação ao Posto Médico de Cardigos referiu que a Câmara tem um projeto para a remodelação do referido Posto Médico, apesar da Câmara não ter assumido a transferência de competências, tem esse projeto feito, que foi candidatado e não foi aprovado, essencialmente por questões relacionadas com a titularidade do edifício porque, desde 2006 que aquela construção lá está e, até agora, o Ministério da Saúde não tratou daquilo que deveria ter tratado, mas independentemente disso, essa situação poderá ficar resolvida com a transferência de competências e o que está previsto é que, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, se possa candidatar aquela obra que tem projeto elaborada há mais de ano e meio e que implica a demolição total daquele edifício e a construção de um novo edifício, conforme conclusão dos técnicos da Administração Regional de Saúde, que concluíram que o edifício não tinha solução, face às deficiências que tem e que manifestou desde o início da sua construção.

Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida e à questão da Educação, deixa uma palavra de felicitações pelo trabalho que está a ser desenvolvido pelo Agrupamento e pela atividade que tiveram para que o ano

letivo pudesse começar com a maior das tranquilidade, o que é um bom sinal, um tranquilidade para os pais, para os alunos e, naturalmente, para toda a comunidade e espera que tudo corra como é desejo de todos. Em relação à colocação de praticamente todos os alunos concorrentes nas universidades para as quais concorreram, considera ser também um motivo de satisfação que significa que se está a trabalhar bem e, mais do que isso, que estão a atingir os seus objetivos. No que diz respeito à questão da descentralização referiu que até agora correu tudo bem e agora vai-se entrar num período mais trabalhoso, uma vez que estamos no final de um ano, vários contratos que a Escola tinha estão a terminar e tudo isso tem de ser previsto para o próximo ano, tendo de haver uma maior articulação.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e à questão da Creche, referiu que o que disse na última sessão desta Assembleia se mantém planamente válido, tinha a expectativa que a atual Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mação tivesse avançado com o procedimento necessário e pudesse ter candidatado as obras para o alargamento da Creche, mas infelizmente não foi essa a opção, por razões que desconhece, mas em todo o caso, pensa que estão a preparar para apresentarem a candidatura, até ao mês de janeiro de 2023. Continua referindo que espera que seja a Santa Casa da Misericórdia de Mação, que já tem as valências, o know-how, as instalações, que faça esse trabalho, mas não pode também esconder que, com a inércia que até agora está a acontecer, se a situação não evoluir até final do ano, a Câmara não possa ter aqui uma outra intervenção, no sentido de que já que não fazem, então deixem outros fazer. Mais referiu que, este ano, parece-lhe que a situação está razoavelmente controlada até porque, felizmente, por um lado, estamos a receber pessoas, nomeadamente emigrantes, nem todos com crianças, mas a taxa de natalidade no nosso concelho é muito baixa e temos de ter os pés bem assentes na terra, relativamente a esta matéria, ou seja, com tudo isto tudo ponderado, ver quais são as necessidades para ter resposta para aqueles que veem poderem ter a expectativa de poder contribuir para aumentar a taxa de natalidade, mas também é um facto que, quem gere estas casas sabe que, para ter as salas e as respostas, tem de ter meios humanos pagos de forma adequada ao seu estatuto profissional e, se aquela valência dá o prejuízo que dá, que já fez com que instituições similares

fechassem aquela resposta social, por alguma razão é, pelo que considera que devemos também ter presente esta noção, e o que a Câmara tem de fazer é tentar encontrar soluções e respostas para as pessoas. Relativamente a esta medida e este apoio que a Câmara deu agora, referiu que, obviamente que o mesmo é transitório, daqui a dois ou três anos, quando a Creche for completamente gratuita, a Câmara deixará de ter encargo e pelas contas que temos, só contando com aquilo que são as mensalidades que são pagas, neste momento, na Instituição, trará um investimento para a Câmara de cerca de 17.000,00€, que é o que custará até agosto de 2023 e há outro dado que é que a questão das mensalidades teve aqui uma pertinência maior porque, de forma legítima, a Mesa Administrativa atual, da Santa Casa da Misericórdia de Mação, alterou aquilo que era o referencial máximo de pagamento que existia, relativamente às Mesas Administrativas anteriores, o que implica um maior esforço financeiro por parte das famílias, com repercussões consideráveis e tudo isso foi tido em conta relativamente a esta matéria. Em relação ao Cinema ao Ar Livre, referiu que considera ter sido uma iniciativa interessante, com apoio dos Fundos Comunitários para o efeito, das candidaturas que a Câmara fez e partilha da opinião do vogal Daniel Jana, de que é uma experiência a repetir pois considera que faz todo o sentido, dada a adesão que teve e as expectativas que foram criadas. Deixou uma palavra de agradecimento a todas as Juntas de Freguesia e Associações do Concelho que colaboraram com a Câmara e sem as quais se tornaria tudo muito mais difícil de concretizar.

Em relação à intervenção do vogal José Fernando Martins e sobre o abastecimento de água no concelho, referiu que a Câmara tem conhecimento dos problemas apontados, e espera que as mesmas sejam resolvidas com as intervenções que estão previstas, que a Tejo Ambiente vai concretizar muito em breve, tendo sido já adjudicada uma obra para o abastecimento à zona norte do Concelho de Mação, a partir da Barragem das Corgas, que estava prevista no EVEF e terá início no mês de outubro. Mais informou que está a concurso, uma obra para resolver o abastecimento à parte sul do Concelho de Mação, via Castelo de Bode, onde estão incluídas todas estas situações que foram referidas e, estas obras têm de estar concluídas até dezembro de 2023, pelo que espera que estes problemas estejam resolvidos nessa data e que as populações fiquem muito mais bem servidas do que estão atualmente. Mais

referiu que estes e outros problemas estiveram muito na base da adesão da Câmara Municipal de Mação à empresa Tejo Ambiente, aprovada por unanimidade, reconhecendo estes problemas e reconhecendo a incapacidade da Câmara de os resolver por si só. Relativamente à questão dos resíduos, referiu que considera uma questão pertinente, que é uma realidade em muitos municípios e a Câmara tem intenção de ter no concelho um Centro de Recolha e Tratamento deste tipo de resíduos, que possa até, eventualmente, resolver o problema de outros concelhos. Mais referiu que havia, na Zona Industrial das Lamas, sítios para as pessoas depositarem esses resíduos, que funcionava de forma informal, mas houve algumas denúncias, a Câmara tem alguns problemas para resolver nesta matéria e neste momento não tem ainda uma solução, mas está aberta a hipótese de vir a solucionar esse problema. Relativamente à questão sobre o número de emigrantes no Concelho de Mação, informou que não pode dar o número exato nesta altura, mas na última avaliação, há cerca de dois anos, tínhamos 260 pessoas que tinham vindo à Câmara solicitar a autorização de residência e presume que, neste momento, este número esteja muito perto das 400 pessoas e está a ser feito esse levantamento. Relativamente ao inquérito às populações, denominado “Como Reduzir o Risco de Incêndio”, informou não ter qualquer conhecimento ou informação sobre o mesmo. Em relação ao atalho em Chão de Codes, referiu que esta rua é uma “pedra no sapato” do vogal José Fernando Martins há uma série de anos e agora, com sentido de oportunidade, pensa ser a altura indicada para resolver este assunto. Continuou a sua intervenção solicitando os bons ofícios do vogal José Fernando Martins, no sentido de, falar com as pessoas que fecharam o caminho para que, se estão disponíveis para que se possa, em conjunto, encontrar ali uma solução, sendo certo que está tudo conversado com a empresa que está a fazer a intervenção para as pessoas poderem passar na estrada, com viaturas ligeiras, mesmo durante as obras. Relativamente à intervenção do vogal José Luís Silva e no que diz respeito à Casa do Cidadão de Cardigos, informou que a Câmara tem a expectativa de abrir as instalações no próximo mês. Mais informou que se verificaram ali vários atrasos, decorrentes da própria empreitada, questões que foram do arquiteto, do empreiteiro, da Câmara, e que fizeram com que as coisas se atrasassem, bem como pedido de ligação do PT, escolha do material, o que fez

com que as coisas não corressem como previsto. Mais informou que o que está previsto ali funcionar é a Junta de Freguesia, bem como o Espaço do Cidadão e, para além disto, o espaço é grande e multifacetado e é um espaço para a comunidade cardiguense poder usufruir e a Câmara e a Junta terão de encontrar soluções para aquilo que são as dinâmicas culturais e não só, da freguesia, para ali terem um espaço para as pessoas usufruírem e a presença da Câmara ali, será enquanto entidade responsável pelo Espaço do Cidadão, dois trabalhadores da Câmara já foram a formação para poderem desenvolver lá essa atividade e a Junta de Freguesia também está preparada para mudar para aquelas instalações.

O Sr. Vereador António Louro, relativamente à questão dos eucaliptos, porque é que estão a ser eliminados quimicamente nuns locais e noutros não, colocada pelo vogal José Fernando Martins, informou que tudo o que é zona dos incêndios de 2017, essa medida e essa operação não é elegível, foi possível fazer o corte da árvore queimada, mas não foi possível fazer a eliminação química. Mais informou que, tudo o que é zona do incêndio de 2019 e Fundada, essa medida não é elegível e esse procedimento é elegível e está a ser feito de forma química é, quer nas estradas nacionais, onde está a ser feito pelo Instituto de Estradas, quer na candidatura feita para as áreas verdes e, noutros sítios, a Câmara, percebendo que esse é o caminho, também tem vindo a tentar colaborar com as Juntas de Freguesia, no sentido delas também colaborarem neste processo e tem vindo a ceder algum desse produto às Juntas, que têm vindo a aplicar o mesmo, pontualmente. Mais referiu que, noutros locais, está a Câmara a fazer a intervenção com a giratória porque é intervenção definitiva, até porque a intervenção química é muito irregular nos resultados e considera que o caminho é eliminar esses eucaliptos, a legislação contempla a sua eliminação nas faixas de baixa densidade junto das estradas municipais e, portanto, é uma coisa que a Câmara está a assumir como o caminho a seguir e, nesse sentido temos procurado proceder desse modo, salientando que, na área verde, isso é uma obrigação que está no Caderno de Encargos e que o empreiteiro tem de cumprir. Continuou referindo que, relativamente à questão do inquérito às populações, informou que deve ser um inquérito denominado “Pessoas e o Fogo, Reduzir o Risco”, que está a ser desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico, ao abrigo de um processo de um

doutoramento e o que a Câmara fez foi enviar para a Aflomação essa informação e quem está a coordenar o inquérito é a Associação Florestal, de maneira a fazer cerca de 150 inquéritos a proprietários de terrenos que foram previamente selecionados pelo ISA e, este trabalho vem também na continuação de um trabalho muito importante, coordenado pela Professora Maria José Canadas que fez um trabalho na avaliação do impacto das ZIF's e das Zif's de gestão total, no qual a Câmara já tinha colaborado e, não houve contacto com as Juntas porque se considerou não haver necessidade para isso. Relativamente aos Editais para limpeza dos terrenos, informou que a GNR fez a notificação de alguns proprietários para limpeza de propriedades e, seguindo os trâmites legais, não tendo sido efetuadas essas intervenções pelos seus legítimos proprietários, diz a Lei que, a seguir, a obrigação é da Câmara e a Câmara ainda tenta fazer uma intervenção junto dos proprietários, no sentido de ver se eles limpam e, se eles não limpam, e dando prosseguimento às suas obrigações, a Câmara, a seguir tem de limpar e agora já estamos na fase subsequente, em muitos dos locais foi limpo pela Câmara e agora estamos a ver como ser ressarcido dessa despesa e está a acontecer nesta altura porque, seguindo os tempos contemplados na legislação veio dar neste momento.

O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, relativamente às questões colocadas pela vogal Carla Loureiro, informou que esta época balnear correu bem nas praias fluviais e considera que devemos estar satisfeitos com o desenvolvimento genérico da atividade balnear e comercial nas praias fluviais. Deixou um agradecimento aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia pelo apoio para que tudo tenha corrido bem. Em relação a duas ou três situações negativas, referidas pela vogal Carla Loureiro, referiu que as mesmas aconteceram, não sendo novas desta época balnear, já tinham acontecido no passado, mas não aumentaram, pelo contrário, não tendo acontecido este ano, nem em Ortiga nem em Carvoeiro e, em relação a Cardigos, houve um dia em que a situação estava já a sair um pouco do controle porque houve uma situação de desaparecimento de uma pessoa em Carvoeiro e a GNR canalizou os seus efetivos para essa busca, tendo dificuldade em ir a Cardigos nesse dia, como todos os outros dias, previsto numa parceria com a Câmara, mas, á noite a GNR foi à praia fluvial de Cardigos e, quem se estava a portar mal foi colocado

no seu devido lugar e a questão foi resolvida sem grandes problemas. Mais informou que foi elaborado um documento com as regras de funcionamento das praias fluviais que foi aprovado em reunião de Câmara e validado pela GNR e esse documento foi afixado em vários locais da praia fluvial de Cardigos para que todos tenham conhecimento das regras e as cumpram, mas por vezes não é fácil, por vezes, forçar pessoas que vivem com outros valores do que aqueles que nós defendemos, a respeitarem as regras e é disso que se trata e tentou-se, de forma civilizada e educada, levar as pessoas à razão e foi-se conseguindo. Deixa uma palavra de agradecimento à GNR pelo esforço que fez, diariamente, em Cardigos, para manter a situação mais ou menos controlada. Relativamente à água da praia de Carvoeiro referiu que este ano foi um ano de extrema seca e, a meio da época houve algum receio que, efetivamente, a praia tivesse de, no limite, ter de ser encerrada, mas foi-se para o terreno procurar outras fontes de abastecimento de água à praia e fomos buscar a água ao cimo da povoação de Capela, foi colocada uma mangueira e uma bomba e depois verificou-se não ser necessária a bom e a água foi até à praia fluvial por gravidade, evitando assim bastantes custos do combustível e os riscos que a mesma poderia colocar e, num curto espaço de tempo foi reposto o nível da água que se pretendia, na praia fluvial e esta solução poderá ser para manter para outros anos, de forma a nunca termos problemas de falta de água naquele local. Deixou um grande agradecimento aos proprietários e às pessoas do Carvoeiro que se disponibilizaram para oferecer a água que tinham nos seus poços, nas suas minas ou lagoas e deixar passar mangueiras nos seus terrenos para que a situação na praia fluvial fosse revertida.

Relativamente à questão do campismo referiu que, hoje em dia, não é fácil ter um Parque de Campismo, com todas as exigências que são feitas a nível da legislação e a Câmara tem sentido muitas dificuldades em manter o Parque de Campismo de Ortiga aberto, e considera que seria muito difícil ter uma solução como esta, a cumprir toda a legislação, tanto em Carvoeiro como em Cardigos, no entanto, tem vindo a ser feita aquisição de terrenos e outras questões que, no futuro, quem cá estiver, poderá pensar nessa solução. Mais referiu que, em Cardigos, este ano, algumas pessoas puseram algumas tendas e a GNR interveio, para fazer cumprir a legislação, mas existe naquela praia um terreno com algumas condições para haver tendas, mas terão de estar de forma legal,

ou seja, que as pessoas estejam federadas ou os Escuteiros, que têm ambos autorização para acampar e, para estas situações excepcionais, há condições para quem estiver legal poder acampar e, para os outros que não estiverem legais, a GNR faz o controle efetivo da situação. Terminou a sua intervenção referindo que faz sentido a recomendação da vogal Carla Loureiro relativamente à pintura de sinalização horizontal no cruzamento da praia fluvial de Ortiga pois, no verão há muita afluência àquele local e informou que a Câmara tem uma obra em execução, que envolve toda a área daquela praia fluvial, que foi suspensa para que a época balnear pudesse decorrer dentro da normalidade necessária e a obra vai ser retomada e, uma das partes que está prevista nessa obra é requalificar exatamente a zona referida e também os estacionamento e os passeios e, depois da obra concluída considera que fará todo o sentido que o local fique com outro nível de segurança que, neste momento, ainda não tem e agradece o contributo da vogal Carla Loureiro sobre esta matéria.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.** -----

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou que já se iniciaram as obras de reabilitação da EN244, que liga o Alto do Pereiro ao cruzamento chamada do Barracão, estando, neste momento a decorrer as obras no abatimento que já existia há vários anos naquele local e a expectativa é que, durante 3 meses, se possa resolver esse problema e, posteriormente será feita uma intervenção na entrada da povoação de Chão de Codes. Mais informou que as obras na Escola Secundária EB2,3+S de Mação estão praticamente concluídas e tiveram um valor global de quase 500,000,00€ e incluíram a construção de 2 novas salas, substituição do piso do pavilhão e mais uma série de pequenas intervenções em toda a escola, que ficará com muito melhores condições para os alunos da mesma. Mais informou que também as obras no Pavilhão Municipal José Maia Marques estão



praticamente concluídas e tiveram um valor superior a 50.000,00€ e que, seguramente, darão melhores condições para todos os praticantes das diversas modalidades que ali as praticam e também para os alunos da Escola Básica e Jardim de Infância. Informou ainda que está a decorrer a substituição do relvado do Campo Municipal Agostinho Pereira Carreira e espera-se que esteja concluído no final do mês. Informou também que já se iniciaram as obras de reabilitação do piso 0 do Museu de Arte Pré Histórica e Sagrado do Vale do Tejo, previstas para 120 dias. Continuou desejando um feliz ano letivo para toda a comunidade escolar. Deixou uma palavra de agradecimento a todas as entidades e pessoas que colaboraram com a Câmara nesta época balnear e também aos jovens que colaboraram com a Câmara nas Piscinas Municipais Descobertas, que reabriram este ano, com tudo o que implica uma reabertura de um espaço com muitas novidades, e um período de adaptação que foi feito e, nesse sentido, deixou uma palavra ao CAS que, em tempo record conseguiu abrir o bar, onde nem sempre foi possível responder da forma que os utentes desejavam mas foi o melhor possível. Deixou ainda um agradecimento muito especial a todas as associações do nosso concelho que realizaram Festas de Verão, que contribuíram muito para que as nossas povoações tivessem mais vida durante o verão e que o concelho tivesse dinamismo durante este período após a pandemia que vivemos e que, de alguma forma ainda está presente entre nós. Mais informou que está finalmente resolvido o problema das instalações sanitárias da estação de Alvega – Ortiga e o mesmo se passará com a estação de Barca da Amieira para que as pessoas que usufruem daquelas duas estações ferroviárias tenham o mínimo de condições para o efeito. Informou ainda, relativamente a este assunto, que a empresa pública Infraestruturas de Portugal pura e simplesmente se negava a pagar a água para aqueles sanitários e a solução era alguém pagar ou eles cortavam e, portanto, a Câmara assumirá estes encargos. Mais informou que o empréstimo que a Assembleia Municipal aprovou em fevereiro de 2022, de cerca de 950.000,00€, até ao momento, o processo ainda não foi visado pelo Tribunal de Contas, mas se for aprovado, é provável que a Câmara não o utilize e com toda a certeza não será utilizado todo o valor que tinha sido objeto desse procedimento. Informou ainda que a Tejo Ambiente aprovou, na última reunião do Conselho de Administração, a reabilitação de 4 reservatórios de água, para

as povoações de Colos, Freixoerinho, Carrascal de Envendos e Casal da Barba Pouca

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos.** -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara que a proposta aprovada por unanimidade na reunião de Câmara foi um apoio à Junta de Freguesia de Envendos, no montante de 1.000,00€ (mil euros), tendo em conta alguns investimentos que esta Junta de Freguesia fez na melhoria do espaço da piscina de Envendos, que ficou muito mais aprazível e, por isso considera justo este apoio na melhoria de um local que também tem ajudado a dinamizar a Freguesia de Envendos e o Concelho de Mação.

---O vogal José António Almeida referiu que qui está plasmada mais uma vez a prova de que a Câmara Municipal de Mação é “daltónica” no apoio que dá às Juntas de Freguesia, e o que está em causa é sempre a qualidade de vida que cada uma das entidades proporciona às populações e, sempre que acha oportuno, apoia, não interessando quem são os protagonistas, mas sim a melhoria de vida dos munícipes.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade atribuir um apoio de 1.000,00€ (mil euros) à Junta de Freguesia de Envendos.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Ortiga.**

O Sr. Presidente referiu que, relativamente a este assunto, na realidade são dois pedidos, a cedência do relvado sintético retirado do Campo Municipal Agostinho Pereira Carreira para o Campo de Ortiga e apoio para a colocação do mesmo no Campo. Mais referiu que a proposta aprovada por unanimidade em reunião de Câmara foi a atribuição de um apoio no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros) para a colocação do referido relvedo sintético no Campo de Futebol de Ortiga, uma vez que esta colocação tem um custo de 60.000,00€ (sessenta mil euros) e, nem a Junta de Freguesia, nem a Liga têm capacidade

financeira para suportar a totalidade deste custo e a Câmara tinha assumido o compromisso de, havendo possibilidade, não deixar de olhar para esta equipa e para a Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga que tem, há muitos anos, feito um esforço de manter vivo o futebol em Ortiga e, por isso considera justo este apoio.

---O vogal Daniel Jana intervém para referir que a bancada do PS concorda com este apoio, considera justo para a Ortiga, mas questiona sobre a razão deste timing, pois os jogos já se encontram a decorrer neste momento.

O Sr. Presidente da Câmara informou que este assunto foi muito “gerido” com aquilo que foram as conversas que a Câmara foi tendo com a Associação Desportiva de Mação e, do seu ponto de vista também deveria ter sido tratado mais cedo, tendo se chegado mesmo a ponderar não realizar já a intervenção para evitar esta situação, mas foram estas as condições e, por outro lado verificaram-se atrasos na obra, que supostamente já deveria estar concluída, por dificuldade de fabrico da própria relva e, por aquilo que todas as empresas dizem que todas as Câmaras querem obras no verão e tudo isso atrasou relativamente àquilo que eram as expectativas iniciais e concorda que teria sido bom que já estivesse concluído. Mais informou que a obra na Ortiga demorará cerca de mês e meio, o que implicará que a Ortiga terá de jogar aqui em Mação durante este tempo.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade atribuir um apoio de 40.000,00€ (quarenta mil euros) à Junta de Freguesia de Ortiga.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação de Proposta de 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2022;**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que é proposta uma alteração ao Mapa de Pessoal para que os Assistentes Operacionais dos Serviços de Águas possam transitar para a Carpintaria e, por outro lado, um Técnico Superior para o serviço da Biblioteca Municipal. Mais referiu que são estas as alterações que o executivo considera pertinentes, por um lado, por manifesta falta que existe na Biblioteca para aquilo que são os objetivos de

maior interligação entre a Biblioteca, a Ação Social e o Agrupamento de Escolas e também a questão da Carpintaria onde um trabalhador, dentro de cerca de um ano se poderá reformar e este é um serviço que está sempre a ter muita requisição e estes lugares poderão ser preenchidos por mobilidade ou por concurso público.

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta relativa à participação variável do IRS a liquidar em 2023.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“Fixar em 4,0% a participação variável no IRS a liquidar em 2023, com referência aos rendimentos dos Municípios do ano de 2022.”

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade fixar em 4,0% a participação variável no IRS a liquidar em 2023.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de IMI para os prédios urbanos.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por maioria em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“ Fixar em 0,30% a taxa do IMI para os prédios urbanos em 2023, nos termos do artigo 112 nº1 c) do CIMI.”

--- O Sr. Presidente referiu que esta é a taxa mínima, e referiu ainda que, relativamente ao que foi discutido no ano passado, na altura trazido à discussão pelo vogal Daniel Jana, relativamente aos prédios devolutos e degradados, espera que seja possível, até ao final do ano, apresentar essa listagem, nomeadamente para a sede do Concelho e sedes de Freguesia.

---O vogal José Fernando Martins referiu que a sua questão ia nesse sentido pelo que considera ter sido respondida pelo Sr. Presidente e congratula-se com o facto da referida listagem estar a ser elaborada.

---O Sr. Presidente da Câmara referiu que tem sido muito cauteloso relativamente a esta matéria pois todos sabemos e vários municípios experimentaram esta forma, que pelo menos, pode ser simbólica, mas as coisas não resultaram da forma como todos esperávamos, muitas vezes fruto da avaliação que grande parte desses imóveis têm. Mais referiu que, apesar de tudo, considera que é importante sinalizar, mas em sessão de Assembleia o assunto deverá ser discutido de forma cautelosa pois deve-se perceber uma questão de equidade relativamente a esta matéria, porque o que vai suceder é que muitos proprietários vão questionar porquê eles e não outros noutra povoação, em condições semelhantes. Considera que tem de haver alguma cautela, serem definidos critérios objetivos relativamente a este assunto, mas considera importante sinalizar e fazer um levantamento e considera importante também para pressionar as pessoas, para sentirem que têm ali um problema e que estão a causar problemas a outros.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade fixar em 0,30% a taxa do IMI para os prédios urbanos em 2023.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta relativa ao lançamento de Derrama.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“- Lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável a sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação, nos termos do artigo 18º n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.”

Mais informou que esta proposta é igual à do ano passado e que rendeu à Câmara uma receita de cerca de 70.000,00€ e que é aplicada aos sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação, com o intuito de proteger os nossos empresários e que têm cá a sua sede social.

---O vogal José Fernando Martins intervém para deixar a recomendação para que sempre que venham estas propostas, sejam juntas às mesmas, a informação sobre o histórico dos últimos anos, para que os membros desta Assembleia possam ter uma noção dos valores de que se está a falar.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável a sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta de redução de taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“Fixar a seguinte redução no IMI, nos termos do artigo 112º- A do CIMI para agregados familiares, atendendo o número de dependentes:

- 1 dependente, dedução fixa de 20€;
- 2 dependentes, dedução fixa de 40€;
- 3 ou mais dependentes, dedução fixa de 70€.”

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, conforme tem sido habitual, a proposta que foi

aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“Devolver o montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;”

Mais referiu que esta medida se destina a reconhecer o extraordinário trabalho das associações do nosso concelho em prol do mesmo e do esforço que fazem para manter vivas estas associações e a sua atividade.

---O vogal José Fernando Martins intervém para referir que, como na questão anterior, considera que era importante vir junto uma informação sobre quais são as associações e que valores estão aqui em causa.

O Sr. Presidente da Câmara informou que, possivelmente ainda durante esta Assembleia, lhe entregará a informação solicitada.

---O vogal José Fernando Martins solicita informação sobre se esta medida tem sido divulgada junto de todas as associações e se todas elas estão a aproveitar da mesma ou se haverá alguma associação que não o faça por desconhecimento da medida.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que pensa que todas as associações terão conhecimento desta medida, pois a mesma terá seguramente 10 anos ou até mais, mas compete a todos nós informar e também os Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia, junto das associações das vossas freguesias.

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Análise de proposta de delegação de gestão das AIGP sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Mação.**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente às AIGP, a Câmara e o seu Presidente estão extremamente empenhados em que este processo decorra conforme pensa ser o desejo da esmagadora maioria dos munícipes deste concelho, sabendo que, como em tudo na vida, não temos de concordar todos com tudo e nenhuma decisão que nós tomemos serão do agrado de todas as pessoas e é normal que hajam perspetivas diferentes sobre esta matéria. Mais referiu que a Câmara entendeu delegar nesta nova entidade a

gestão das AIGP que estão sob a responsabilidade da Câmara (Cardigos, Carvoeiro, Envendos, Aboboreira e Mação), pelos motivos que o Sr. Vereador irá expor de seguida.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que, quando há cerca de um ano e três meses, o Governo abriu a possibilidade de candidatura a estas medidas das AIGP houve uma clara vontade de potenciar a figura das AIGP e potenciar o aproveitamento das verbas do PRR para o financiamento das intervenções a executar e, então, houve um incentivo muito claro a muitas autarquias para apresentarem propostas de constituição de AIGP e, ao contrário do que costuma ser comum neste tipo de medidas, separaram os conceitos e, uma coisa são Entidades Gestoras de AIGP e outra coisa são Entidades Promotoras de AIGP. Mais referiu que, na própria figura que está estabelecida no concurso e nas exigências que a DGT, em conjunto com o ICNF e com o Fundo Ambiental puseram na rua, identificaram essas figuras e os municípios podem ser Entidades Promotoras de AIGP, mas neste período de um ano que decorreu, tinham de passar essa responsabilidade para outra entidade e, por isso, à data de 17 de setembro, quando fazia um ano da assinatura do nosso acordo com a DGT e com o ICNF, a Câmara tinha de encontrar uma figura e alocar essas responsabilidades de Entidade Gestora a uma figura fora da Câmara e o nosso entendimento foi constituir uma sociedade dentro da Aflomação e de que a Aflomação é o único sócio, portanto, a entidade que vai gerir as AIGP é, na prática, a Aflomação e a figura jurídica escolhida foi a Sociedade Anónima porque é uma figura que se adequa mais a um universo de potenciais associados na casa dos muitos milhares, pelo que, na prática, os donos da sociedade vão ser os proprietários florestais do Concelho de Mação. Mais referiu que há aqui uma singularidade pois a Aflomação não tem fins lucrativos, os seus dirigentes não são remunerados, portanto, por muito lucro que a sociedade dê, nunca vem para os sócios da Aflomação pois os mesmos são sócios não lucrativos. Referiu ainda que a Câmara, em reunião de Câmara, analisou a situação e informou, através desta deliberação, que delegava esta responsabilidade de continuar com a gestão das quatro AIGP a esta entidade que foi criada e que, perante a DGT, passa agora a ser responsável por continuar todo o processo que ainda tem de ser executado. Mais informou que foi um processo bastante complexo pois, em



setembro, tiveram de ser feitos todos os relatórios de toda a atividade que foi desenvolvida durante o último ano, teve de ser demonstrada toda a informação recolhida, todas as sessões realizadas com toda a informação, para passar este ponto do itinerário da constituição das AIGP e, daqui para a frente, cada vez mais, vamos passar a ouvir falar de OIGP (Operação Integrada de Gestão da Paisagem) e, neste momento, os técnicos estão a elaborar o projeto daquilo que, efetivamente, se vai fazer nas Áreas Integradas da Gestão da Paisagem (AIGP). Informou ainda que estão, neste momento, 70 AIGP com financiamento assegurado por parte do PRR, em consequência dos acordos que foram assinados há um ano atrás, entre o Governo e as diferentes Entidades Promotoras e a expectativa é que, a partir de setembro, nem todas vão continuar pois há AIGP que não conseguiram cumprir as exigências da DGT, vai ser considerado que esses processos caíram e há uma lista de cerca de mais 30 projetos que estão aprovados, mas não têm financiamento e, por isso há uma grande pressão para que os processos que não estão a andar caiam para que o financiamento possa passar para outros.

Termina referindo que aquilo que a Câmara fez com esta deliberação foi decidir passar a responsabilidade da operacionalização das quatro AIGP de que era promotora, para a AZR que é, na prática, uma forma diferenciada de organização dos produtores florestais de Mação.

---A vogal Carla Loureiro refere que a bancada do PS estava à espera que fosse presente uma proposta com informação, mas o que veio à Assembleia foi a deliberação aprovada pela Câmara. Mais referiu que a AZR é uma SA, que se rege pelas regras das SA, com um Diretor Executivo, um Conselho de Administração e deixa uma questão sobre as pessoas que não habitam no concelho, pois existe uma plataforma e o prazo era até dia 22 mas agora é até dia 30, há muitas pessoas interessadas, algumas até já se dirigiram às Juntas de Freguesia, que é o caso de Ortiga, então estamos à espera do quê, compreendendo que não é um processo fácil mas cujo trabalho mais difícil até já foi feito e devemos ser todos proativos. Mais referiu que teve conhecimento que as sessões de esclarecimento às populações sobre o processo das AIGP não correram todas bem, apesar da maioria ter corrido bem pois as pessoas até estão recetivas, compreende que esta empresa tenha tido de ser criada e solicita mais informação sobre a mesma, pois gostava de ter mais informação

e, quando as pessoas se lhe dirigem e questionam sobre o assunto é importante ter informação para dar.

--- O vogal José Fernando Martins interveio para referir que, no Ordem de Trabalhos este ponto refere análise e parece-lhe que é para votação. Continuou a sua intervenção referindo que deveria ter sido apresentada uma proposta sobre o assunto com informação sobre a mesma, que considera importante e necessária, mas considera que esta é uma oportunidade única que tem de se aproveitar, com todos e todos irem fazendo o seu trabalho para que seja possível, pois “esta água não passará duas vezes debaixo da mesma ponte”.

---O vogal Duarte Marques interveio para questionar a Câmara sobre o que é que segue, relativamente a esta matéria.

---O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à plataforma, a Câmara queria iniciar uma fase de dar uma informação fidedigna às pessoas, pois é essencial dar respostas concretas às pessoas, infelizmente todo o país está a aprender com este processo e só dia 10 deste mês é que saiu a informação técnica de como é que se vão processar os financiamentos, ou seja, só foi transmitida informação oficial de como é que eram os valores, como se faria os pagamentos, como tudo se ia fazer e a Câmara tem evitado levantar expectativas e por as coisas muito por escrito e com certezas pois essa informação foi disponibilizada na página do Fundo de Coesão Ambiental no dia 10 deste mês e ainda há muita coisa que está prometida oralmente mas que continua a não estar escrita, continuando a haver um nível de incerteza que também não ajuda o processo. Mais informou que, relativamente ao financiamento, o que o Governo fez foi alocar 270 milhões de euros do PRR ao financiamento das AIGP, mas atualmente os responsáveis falam em 217 milhões de euros e, se considerarmos que é este valor e que o Governo se comprometeu a utilizar esta verba apenas nestes projetos que foram aprovados e que quer intervencionar cerca de 140 mil hectares no país, isto dá um valor médio, por hectare na casa dos 1500,00/1600,00 euros, o que significa que, na realidade, isto possibilitaria que a nossa AIGP média, tivesse cerca de 3,5 milhões de euros e este valor está alocado no PRR a estes projetos, para investir nos mesmos, com os valores pagos a 100% e, o documento de orientação técnica é, na realidade, a

indicação de como é que este montante se pode traduzir em investimentos e, pela primeira vez, começa a estar claro o tipo de operações que vão ser patrocinadas e o que é que está disponível para ser financiado. Informou que não estão elegíveis os equipamentos, que são essenciais, nem para a primeira transformação industrial e não faz sentido estar a aprovar projetos que vão ter projetos de plantações de centenas de hectares e depois não ser contemplado, de forma integrada o investimento da primeira transformação e considera que isto ainda são coisas que têm de se acertar para o futuro e tem de existir resposta. Mais informou que, para o Concelho de Mação, a soma de todos os projetos, significa disponíveis no orçamento do PRR, cerca de 30 milhões de euros que, se tivermos sucesso nas coisas, pode se conseguir aplicar, mas estes projetos têm de estar contratualizados com quem vai fazer, até final de 2026 e o Primeiro Ministro tem estado a tentar pedir à Europa, que haja aqui algum estender dos prazos porque começa-se a sentir que, da parte de todo o sistema organizativo do país, não há capacidade suficiente para tantos projetos de investimento, todos ao mesmo tempo e todos num período tão curto e corre-se o risco de apresentarmos os projetos, termos o dinheiro aprovado e depois não há empresas para conseguir operacionalizar dentro dos prazos. Relativamente à questão sobre o que é que se segue, informou que segue-se a fase em que vamos agarrar em cada um destes projetos e, com ajuda de vários técnicos, de várias entidades, elaborar as propostas que vão depois ser sujeitas à DGT e ao ICNF, para serem aprovadas. Termina a sua intervenção referindo que há uma grande diferença entre o modelo de Mação e o modelo de outros territórios pois uma coisa que está a criar muita celeuma noutros territórios é que a empresa que vem gerir é uma coisa de fora, enquanto que aqui, este é um processo nosso, que nós controlamos e que somos nós, que nos estamos a tentar organizar, no sentido de tentarmos aproveitar este modelo, com o qual estamos a aprender e considera que esta empresa não vai ser a única e que cada uma das AIGP vai tender a ter uma sociedade anónima porque, em primeiro lugar as ajudas de Bruxelas têm limites por promotor e se tivermos só uma entidade com 20.000 hectares, é um valor muito elevado e podemos esbarrar com os limites por entidade e, ao termos nove entidades, vamos multiplicar este limite por nove e considera que, na organização que precisamos de ter do processo, precisamos de ter uma forma de agregar as

várias entidades e, ao mesmo tempo, saber respeitar a sua diversidade. Referiu ainda que esta empresa está em fase de constituição, neste momento foram nomeados o Presidente do Conselho de Administração, que é, por inerência o Presidente da Aflomação e os outros membros são eleitos em Assembleia Geral dos sócios e não tem nenhum funcionário, tem apenas nomeados os cargos diretivos mínimos para poder ter a sua inscrição realizada, que foram os dirigentes da Aflomação e ninguém é remunerado e funcionam da mesma forma como funcionam os da Associação, sem qualquer remuneração.

---O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção fazendo um alerta à Câmara, referindo que o facto do Primeiro Ministro dizer que quer adiar a execução dos fundos comunitários, no que tem razão e, é muito natural que a Europa venha a permitir a Portugal e outros países estender esse prazo, mas considera que não vai haver sucesso neste programa, a nível nacional, se o de Mação não correr bem pois não tem dúvidas nenhuma que o Governo aposta tudo no Concelho de Mação, para que se faça cá e, se tivermos à espera de ter tudo contratado em 2026, vai correr mal porque se anda a falar com as pessoas e, às vezes criamos demasiadas expectativas pois as pessoas estão à espera que, para a semana, já existam máquinas a derrubar árvores e limpar terrenos e isso não vai acontecer, ou seja, não podemos estar à espera que o Primeiro Ministro consiga o adiamento, para depois ir começar a trabalhar porque, se há concelho que está preparado para fazer isto, somos nós, se há concelho que exigiu isto, fomos nós, se há vereador que sabe disto e pensou nisto, é o nosso, se há cultura local para que isto corra bem, é a nossa, e não tem dúvidas de que, não temos de fazer tudo ao mesmo tempo, mas temos de dar o exemplo. Mais referiu que este é o alerta que deixa à Câmara, bem como uma chamada à responsabilidade, que é coletiva, pois a Câmara não pode dizer que o PS andou a boicotar isto a vida toda pois o PS de Mação esteve sempre ao lado do PSD desde sempre e considera que este processo tem de ser feito, dê por onde der, pois tem a certeza que o Governo, no dia em que o primeiro estiver feito, vem cá ver e vai mostrar como exemplo aos outros.

- O Sr. Vereador António Louro referiu que é importante começarmos imediatamente a fazer demonstrações de demonstração do que podem ser as vantagens deste processo e temos estado a planear, e não fizemos antes pois

muitas dessas demonstrações até são para fazer em pinheiro bravo e, quando se trabalha em pinheiro bravo no início do verão, qualquer ferida que se faça nas árvores, é muito fácil os insetos entrarem e, depois secam-se muitas árvores e, para evitar esse facto, atrasámos as intervenções para agora, que já não há esse risco e vamos começar, na Caldeirinha, na Ortiga, no Carvoeiro, em Cardigos e também junto da Pista da Boavista. Mais referiu que vamos tentar fazer áreas onde, de uma forma simbólica, em áreas de 4 ou 5 hectares, se vão fazer intervenções e nas quais será colocada uma placa a dizer “se isto andasse tudo para a frente, o que nós conseguiríamos fazer era isto em todo o território”, para ter esse feito demonstrativo. Referiu ainda que não estamos à espera de deixar as coisas todas para 2026, mas é uma preocupação que temos, pois os prazos são muito curtos

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento – Processo n.º 88/2022 – PDR2020: Estabilização de Emergência para o Município de Mação na área percorrida pelo incêndio da Fundada (2ª fase) – intervenções complementares de regularização do regime hidrológico das linhas de água – Plantações;**

--- O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que, na sequência dos grandes incêndios que atingiram o Concelho de Mação, o município pôde candidatar-se a um conjunto de apoios. Mais referiu que são três incêndios e, apesar de terem por base os mesmos regulamentos comunitários, na sequência de cada um destes incêndios, o Estado abriu regras diferentes para efetuar as intervenções de estabilização na sequência desses incêndios e, uma das rubricas que abriu para o incêndio da Fundada foi a limpeza e plantação, junto das linhas de água, de reforço da galeria ripícola, portanto, este montante destina-se a chegar às linhas de água do incêndio da Fundada e fazer reforço das plantações e fecho das galerias ripícolas. Mais referiu que, pessoalmente, não considera esta uma intervenção essencial nem prioritária, mas é daquelas coisas que é dada a possibilidade de fazer e havia dinheiro disponível, pelo que, não sendo prioritário, foi uma forma de utilizar aquilo que estava à nossa disposição e que considera que pode ter um efeito benéfico para o território.

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: **12) Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento – Processo n.º 89/2022 – PDR2020: Estabilização de Emergência para o Município de Mação na área percorrida pelos incêndios com início em Alvaiázere, Várzea dos Cavaleiros e Fundada 1ª Fase – Regularização do Regime Hidrológico das Linhas de Água;**

O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que o que se pretende fazer é a limpeza, junto das linhas de água, de cerca de 6 a 7 metros em cada margem, onde vai ser feito o controle daquela vegetação, vai ser limpa a margem, tirar as silvas e o excesso de vegetação. Mais referiu que é um processo que fica muito bonito quando se faz, mas como é um local onde existe solo e água, a vegetação recupera muito rapidamente e, também muito rapidamente a intervenção parece que se esvanece, mas já não fica igual, fica melhor e ficam mais controlados os combustíveis e a passagem das pessoas fica facilitada. Mais referiu que, nesta alínea, a Câmara retirou muito daquilo que estava aprovado, podia-se fazer mais, mas numa questão de equilíbrio daquilo que nós achamos que deve ser a gestão do dinheiro disponível e aquilo que são as necessidades mais prementes, decidimos só fazer isto nas ribeiras e nos ribeiros e que não valia a pena fazer este tipo de intervenções em pequenos riachos que só correm no pino do inverno e que estão secos a maior parte do ano.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 13) da Ordem de Trabalhos: **13) Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento - Processo n.º 90/2022 – Concurso público internacional por lotes – Controlo de espécies invasoras lenhosas – Candidaturas n.º PDR2020-813-067420 E PDR2020-814-062526. PDR2020 –**

**Prevenção Da Floresta Contra Agentes Bióticos E Abióticos – Controlo Da Expansão De Hakea Sericea E Acácia Spp – Lote 1**

**PDR2020: Estabilização De Emergência Para O Município De Mação Na Área Percorrida Pelo Incêndio Da Fundada (2ª Fase) – Controlo Das Espécies Invasoras – Lote 2;**

O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que a Câmara fez uma candidatura a uma linha nacional que o Governo abriu e a mesma teve aprovação, mas teve um corte muito grande por parte das entidades competentes e, praticamente, a área de intervenção foi reduzida para metade e, por isso, a Câmara vai atuar nas zonas que ainda não estão perdidas de todo para as hakeas, ou seja, locais onde elas já existem, mas em menor densidade, e possa ser atrasada a tomada de território. Mais referiu que sabemos que os sítios que estão mais densos são mais difíceis de segurar e privilegiamos as zonas onde eles ainda estão menos densos para fazer recuar as áreas que já estão completamente tomadas. Referiu ainda que esta é uma candidatura de valor muito significativo e que nós esperamos que venham a contribuir para a diminuição desta tragédia que é a Hakea Sericea no nosso território, pois é muito preocupante a forma descontrolada como ela está a tomar centenas e centenas de hectares todos os anos.

--- Seguidamente o ponto 13) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 14) da Ordem de Trabalhos: **14) Análise do Relatório do Revisor Oficial de Contas referente ao 1º semestre de 2022 da Câmara Municipal de Mação;**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este documento veio para conhecimento da Assembleia Municipal. Mais referiu que considera este relatório do ROC pacífico do ponto de vista da análise que é feita, das recomendações que são feitas e dos alertas que são feitos e mostra de forma cabal e clara a boa situação financeira da Câmara Municipal de Mação, não tendo qualquer ênfase que nos cause problemas e demonstra uma execução relativamente aceitável. Mais referiu que este relatório chama também à atenção para alguns dados que são importantes, nomeadamente, em 2021, só em transportes escolares, eletricidade e combustíveis e

lubrificantes, a Câmara gastou mais 150.000,00€ do que no ano anterior, o que reflete já a crise que estamos a viver, o aumento dos custos e que, necessariamente, têm reflexos nesta organização, como em qualquer outra organização. Terminou referindo que considera que este relatório traduz uma total tranquilidade no que são as contas deste município e, também de uma forma clara, se traduz que, apesar do ano transato ter sido um ano eleitoral, não foi por isso que houve qualquer desvio daquilo que tem sido a forma como tem sido gerida esta Câmara.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.



